

# ACM Neto rebate críticas do PT e exalta legado do avô

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), rebateu críticas que vem recebendo desde o final do ano passado, por parte do PT, por ter viajado ao exterior no período em que a Bahia enfrentava o caos decorrente das fortes chuvas. Ele também falou sobre a campanha e também sobre articulações para a formação da chapa ao Governo do Estado na eleição de 2022.

"Não passa de política-gem, eu sei que o vivi em Salvador. Não houve um prefeito que tenha se dedicado mais no enfrentamento às chuvas e as pessoas que estavam em área de risco nesta cidade do que eu. A tragédia do Barro Branco eu estava ali

presente. O que meus adversários fizeram na época, tentaram tirar proveito da morte das pessoas. Aquilo me deu nojo. Fico indignado e revoltado. Eu vejo que muita gente fica querendo aparecer na foto, fazer vídeo apenas para se promover. Política baixa e eu não faço política baixa", disse, em entrevista à rádio Piatã FM.

O pré-candidato afirmou que, inclusive, mobilizou doações sem ir à público. "Como pré-candidato a governador fiz tudo que eu poderia fazer, sem fazer politicagem. Conversei com os prefeitos, vereadores, mobilizei doações em silêncio. Não fiz um vídeo porque não aceito que tirem proveito da morte dos outros. [Jaques] Wagner não fez nada mais que a obrigação dele; Rui [Costa] não fez nada mais que a obrigação; [João] Roma não fez nada

mais que a obrigação dele".

"Nesse momento não tenho mandato eletivo. Eu sofri com o que a oposição tentou fazer e me revoltou. O momento é de ajuda, de compromisso e vamos aguardar para ver o que, efetivamente, o governo federal e o estado vão fazer para recompor as vidas das pessoas atingidas pelas chuvas. As ações têm que ser continuadas, como fizemos em Salvador", finalizou.

O herdeiro carlista também falou sobre explorar o marketing político utilizado pelo avô, o ex-senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007). "Depois do lançamento da minha pré-candidatura, houve muita especulação. Foi uma surpresa para muita gente resgatar a música do meu avô. [...] Até hoje ela é muito presente na vida de políticos e pessoas no interior. Houve a oportunidade de



O EX-PREFEITO de Salvador, ACM Neto (DEM), rebateu críticas que vem recebendo desde o final do ano passado, por parte do PT

fazer a reeleitura", lembrou.

Segundo ele, "há uma figura muito forte do ACM no imaginário das pessoas". "Foi uma pessoa que lutou pela Bahia, que colocou a Bahia em primeiro lugar, que exerceu uma liderança política no país, projetando a Bahia". Ainda de acordo com Neto, há uma lembrança no imaginário popular sobre a questão da segurança pública na época das gestões de ACM e cor-

religionários.

"Na época de ACM, a coisa era diferente. Nos últimos 16 anos, o PT perdeu o controle da segurança pública", atacou. "Hoje a Bahia responde a 14% do número de homicídios. Em Salvador, tem bocada em que a polícia nem consegue entrar. No interior, tem muita cidade na Bahia sem um policial", emendou. Segundo ele, será preciso fazer um trabalho

para estimular a Polícia Militar, Polícia Civil e todos os setores da segurança.

Neto também falou sobre as conversas que mantém com o deputado federal Marcelo Nilo (PSB), que hoje está na base do PT na Bahia. Nas palavras dele, "Marcelo Nilo é um nome especulado, assim como outros nomes estão". "Não posso tratar sobre especulação e sim sobre fato", disse.

## RECOMENDAÇÃO

# MP pede mais discussão sobre licitação do Palácio Rio Branco

Foto: Romildo de Jesus



O PALÁCIO Rio Branco está localizado na praça Thomé de Souza, em Salvador, e ganhará ainda mais importância para o turismo baiano

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O Ministério Público estadual recomendou ontem à Secretaria Estadual de Turismo (Setur) que suspenda o processo licitatório do Palácio Rio Branco, que tem abertura prevista para hoje, às 9h. No documento, o MP recomendou que a suspensão da licitação seja pelo prazo prorrogável de 30 dias, "visto que a sua continuidade, sem a discussão e esclarecimentos das questões discutidas em reunião realizada ontem (segunda-feira), corresponde a elevado risco de danos ao patrimônio público e afronta a princípios aclamados pelo estado democrático de direi-

to, dentre os quais, o da transparência".

O procedimento administrativo instaurado pelo MP pretende averiguar a regularidade de possíveis intervenções físicas que serão feitas no Palácio Rio Branco, localizado na praça Thomé de Souza, em Salvador, em decorrência de uma possível implementação de rede hoteleira, bem como a regularidade dos demais termos do processo licitatório.

"O edital prevê a concessão onerosa de uso do edifício-sede do Palácio Rio Branco para instalação e administração de empreendimento hoteleiro, de categoria superior, precedida de obras e ações de reforma, além de posterior conservação e ma-

nutenção durante o prazo do contrato/alienação de área próxima ao imóvel, sem ter permitido que a sociedade civil tivesse amplo acesso ao projeto de intervenção que o Estado, por meio da Setur, pretende realizar no edifício, a partir da sua concessão", ressalta a recomendação.

No documento, o MP recomendou ainda que, durante este prazo de suspensão da licitação, a Setur realize reuniões com a sociedade civil e instituições como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), dentre outros órgãos que assim desejarem, para o esclarecimento dos pontos discutidos em audiência realizada na sede do MP em Nazaré.

Na ocasião, MP solicitou diversas informações à Setur tais como o modo como se dará o acesso do público aos cômodos do Palácio que serão restaurados, tais como, o memorial dos Governadores, o salão de banquetes, a sala dos espelhos e o Belvedere; quais serão os critérios utilizados para o cálculo do valor atribuído a concessão, bem como a renda de monopólio que deve ser atribuída ao bem, em face da sua localização, e seu valor histórico e cultural; e, uma vez que o edital prevê a alienação de área no entorno ao Palácio e que foi desapropriada pelo Governo do Estado ao concessionário, quais seriam as consequências para a retomada do prédio principal.

# Governo Federal repassa R\$ 1,6 mi para quatro cidades da Bahia

## Recursos ajudarão a reparar danos causados por fortes chuvas no interior do estado

REDAÇÃO

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), repassou, ontem, R\$ 1,6 milhão a quatro cidades da Bahia atingidas pelas fortes chuvas. As portarias com os repasses foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

O maior recurso, de R\$ 861 mil, foi destinado à cidade de Cotegipe. O valor será usado para a compra de cestas básicas, kits de limpeza, galões de água, dormitórios e colchões. Para Ubatã, foram repassados R\$ 347 mil para a aquisição de cestas bá-

cas e kits de higiene pessoal e de limpeza.

Já para a cidade de Floresta Azul, R\$ 275 mil serão destinados à compra dos mesmos itens e, também, de dormitórios e colchões. E, com a mesma finalidade, o município de Ibirapitanga recebeu R\$ 178 mil do Governo Federal.

Até o momento, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) já garantiu aproximadamente RE 140 milhões para o estado. Os recursos aprovados são para socorro e assistência humanitária, restabelecimento de serviços essenciais e recuperação de infraestrutura danificada. A Bahia está, atualmente, com 149 municípios com a situa-

ção de emergência reconhecida.

Emergência - O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), reconheceu a situação de emergência em oito cidades brasileiras atingidas por desastres naturais. A decisão foi publicada na edição desta terça-feira (18) do Diário Oficial da União.

No Maranhão, dois municípios tiveram a situação de emergência reconhecida. Grajaú sofre com as inundações, enquanto Mirador foi atingido por chuvas intensas. O mesmo desastre natural foi registrado nas cidades de Flores de Goiás (GO) e Santo Antônio do Retiro, em Minas

Gerais. Atualmente, 362 municípios mineiros estão com reconhecimento federal.

Na Bahia, o município de Muquém de São Francisco registra estiagem, mesmo desastre que atinge a cidade de Pitanga, no Paraná. No Rio de Janeiro, a população de Barra do Pirai sofre com as inundações, enquanto Choró, no Ceará, teve reconhecimento de situação de emergência em decorrência da seca.

Após a concessão do status de situação de emergência pela Defesa Civil Nacional, os municípios atingidos por desastres naturais podem solicitar recursos do MDR para atendimento à população afetada.



O MINISTÉRIO do Desenvolvimento Regional (MDR) já garantiu aproximadamente R\$ 140 milhões ao estado para reparar danos das chuvas



DELTAN DALLAGNOL, que chefiou a força-tarefa da Operação Lava Jato, manteve o discurso de combate à corrupção

# Deltan declara ser 'um cidadão engajado'

ESTADÃO CONTEÚDO

O ex-procurador Deltan Dallagnol, que chefiou a força-tarefa da Operação Lava Jato, manteve o discurso de combate à corrupção ao participar do podcast "Fala Para o Vereador" nesta segunda-feira, 17. Filiado ao Podemos, com a possibilidade de disputar uma vaga à Câmara dos Deputados em 2022, o ex-chefe da Lava Jato afirmou que é que um 'cidadão engajado em mudanças e quer um país melhor para nossos filhos'.

Deltan divulgou em seu perfil no Instagram as ponderações feitas ao podcast cria-

do pelo promotor de justiça de Santa Catarina Affonso Ghizzo Netto. No vídeo de cinco minutos, o ex-procurador e possível candidato à Câmara destaca dez medidas contra a corrupção, dentre as 70 listadas no livro 'Novas medidas contra a Corrupção', que podem ser aplicadas ao contexto de municípios, segundo ele.

Entre os pontos citados por Deltan como medidas que podem ser adotadas pelos entes públicos contra a corrupção estão: a implementação de política de dados abertos; a desburocratização; o estabelecimento de programas anticorrupção nas escolas; a adoção de processo seletivo

simplificado para cargos em comissão; a exigência de ficha limpa para servidores públicos; a implantação de uma controladoria do município; a adoção de um programa geral de prevenção da gestão municipal; e a necessidade de declaração de bens por servidores públicos.

Deltan renunciou definitivamente ao seu cargo no Ministério Público em novembro, pouco mais de um ano depois de deixar a coordenação da Lava Jato de Curitiba. Um mês depois de deixar a Procuradoria, o ex-chefe da Lava Jato se filiou ao Podemos, mesmo partido a que coloca o ex-juiz Sérgio Moro como pré-candidato à Presidência.

Como mostrou o Estadão, em seu evento de filiação, Deltan tentou fazer uma ponte entre o perfil de procurador e de candidato, resgatando o que toma como avanços da Lava Jato e criticando medidas do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF).

## DE VOLTA

Deltan renunciou definitivamente ao seu cargo no Ministério Público em novembro.